

## Balanço e perspetiva



**Domingues Azevedo**

Bastonário da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

Estamos a poucos dias de dobrar mais um ano. É tempo para fazer os habituais balanços e perspetivar o que se desenha no horizonte. O ano que termina, 2013, não deixa saudades. Nem às famílias, nem às empresas, que continuam sob o signo dos trabalhos forçados e redobrados que os ditames da troika obrigam.

Os discursos políticos não colam com a realidade. Os governantes afirmam, com triunfalismo, que falta

meio ano para os credores abandonarem o país, mas esquecem-se de dizer que o caminho das pedras está para durar. Com ou sem muletas, com ou sem novo resgate, com ou sem programa cautelar.

Para memória futura o ano que agora termina, deixa uma sociedade mais desigual, menos fraterna e mais apática, vergada perante as medidas tomadas, encarando-as como fatalidade, incapaz de se libertar do asfixiante círculo vicioso da austeridade. 2014 será a continuidade de anos anteriores. O Orçamento do Estado que o Presidente da República se apresta para promulgar, pendente das decisões posteriores do Tribunal Constitucional, é um documento violento, repleto de indefinições e incertezas quanto à sua exequibilidade.

Se a atribulada reforma do IRC parece nascer coxa, faz-se votos que a anunciada reformulação do IRS, em 2014, não venha a ser contagiada pelo mesmo pecado. Neste como no próximo ano os impostos continuarão a dominar as conversas e a gestão das carteiras dos portugueses. O fardo fiscal permanecerá pesado, no limite do suportável. Nos últimos quatro anos só o IRS registou um aumento na ordem dos 60 por cento. E um eventual alívio aguarda pela proximidade eleitoral para receber luz verde.

Neste domínio, 2013 não termina da forma mais auspiciosa com o programa para regularização de dívidas ao fisco e à segurança social. Em troca de colocar os contribuintes a salvo de penalizações várias, a Autoridade Tributária prevê encaixar 700 milhões de euros no seus cofres. Numa primeira análise, do lado da mera obtenção de receita, é uma boa medida para um Estado sófrego, mas não creio que tenham sido ponderados os potenciais impactos para muitas empresas, em situação de grande fragilidade de tesouraria. Esquece-se o Estado que para pagarem o que devem, as empresas podem deixar de honrar os seus compromissos a fornecedores, à Segurança Social e até aos seus colaboradores. Se por um lado o Estado esfrega as mãos por arrecadar verbas que dificilmente veria tão cedo, não fosse esta iniciativa, por outro lado, arrisca-se a perder verbas, nomeadamente em prestações sociais, decorrente da falência e do conseqüente desemprego em muitas empresas que acabam por encerrar. São estes efeitos perversos na economia que os governantes não acautelaram, continuando a protelar a introdução de medidas para aumentar a disponibilidade financeira das empresas, nomeadamente as PME.

Fazemos votos que o novo ano traga novas e melhores medidas e que seja mais equitativo.

Feliz Natal e um próspero ano novo. ■